

**LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS:
AÇÕES FORMATIVAS NO CURSO DE
LICENCIATURA EM LETRAS LIBRAS**

*Lúcia Gracia Ferreira**

*Lucimar Gracia Ferreira***

*Lilian Moreira Cruz****

RESUMO: O presente artigo tem o intuito de analisar como o curso de Licenciatura em Letras da UFRB forma docentes surdos e busca atender os alunos surdos para promoção da aprendizagem de Língua Portuguesa, a partir da verificação de ações para tal atendimento. Através do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da Licenciatura em Letras (habilitação Português/Libras/Língua Inglesa) da UFRB, analisamos como a Libras se situa neste documento; suas ações e desafios. Assim, a partir de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, de análise documental buscamos responder a questão de pesquisa “Como o curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB busca atender os alunos surdos para promoção da aprendizagem de Língua Portuguesa?”. Para análise dos dados utilizamos a análise de conteúdo. Verificamos que o Projeto do Curso atende as exigências legais, visto que os componentes curriculares trazem elementos que contribuem para o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias as práticas pedagógicas, no sentido de promover a educação inclusiva de surdos. Entretanto, apresenta uma lacuna quanto a aprendizagem de Língua Portuguesa pelos surdos, quando esta habilitação se torna opcional, o que precisa ser avaliado.

PALAVRAS-CHAVES: Aprendizagem; Formação; Libras; Surdos.

* Doutora em Educação pela Universidade federal de São Carlos (UfsCar). Professora adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Pós-doutora pela Universidade Federal da Bahia (Ufba).

** Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Integrante do grupo de pesquisa "Centro de Pesquisa e Estudos Pedagógicos" e do grupo "Docência, Currículo e Formação".

*** Mestre em Educação Científica e Formação de Professores pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc).

Introdução

A educação é direito de todos, dever do Estado e da família. O Estado deve garantir igualdade de condições para acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988). No entanto, essa educação não acontece de maneira igualitária, e, na maioria das vezes, essa situação se agrava quando se trata de alunos surdos. Essa categoria de modo geral, encontra dificuldades em participar do meio educacional, mesmo após o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais como língua oficial da comunidade surda, no ano de 2002, através da Lei 10.436 (BRASIL, 2002).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96 – prevê que as escolas devem estar preparadas para atender o público alvo da educação especial, contando com professores capacitados para garantir, através de suas práticas pedagógicas, a aprendizagem e o pleno desenvolvimento dos alunos.

As constantes mudanças que acontecem no meio educacional inserem os alunos nas escolas regulares como processo de inclusão, mas não insere o professor que já atua nas escolas. É um dos dilemas a ser enfrentado nesses espaços, a formação continuada desses professores atuantes, para atender a demanda da inclusão dos alunos públicos alvos da educação especial. O que para muitos professores falta preparo para atender esses alunos, é preciso ter uma formação específica. Skliar (2006, 31) “afirma-se que a escola e os professores não estão preparados para receber os “estranhos”, os “anormais” nas aulas. Não é verdade”. A formação inicial e continuada de professores deveria ter como foco propostas que atendam às políticas de inclusão social como um todo, e que esta seja de qualidade.

As mudanças na educação ocorridas desde a promulgação da LDB 9394/96 trouxeram grandes desafios aos professores, redefinindo seu papel e exigindo o desenvolvimento de novas habilidades e competências para trabalhar na diversidade que se apresenta nas escolas. Neste ínterim, questionamos: como o curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB forma docentes surdos e busca atender os alunos surdos para promoção da aprendizagem de Língua Portuguesa? O estudo tem como objetivo geral: analisar como o curso de Licenciatura em Letras da UFRB

forma docentes surdos e busca atender os alunos surdos para promoção da aprendizagem de Língua Portuguesa. Objetivos específicos: conhecer os Projetos Pedagógicos do Curso (PPC) da Licenciatura em Letras da UFRB e como a Língua Portuguesa se situa neste documento; analisar as ações preconizadas no PPC para atendimento do aluno surdo e a promoção de sua aprendizagem de Língua Portuguesa; identificar desafios sinalizados no PPC para atender os alunos surdos e suas necessidades para aprender a Língua Portuguesa (como segunda língua ou não).

Para alcançar tais objetivos realizamos uma pesquisa com abordagem qualitativa, de cunho exploratório. Assim, buscamos analisar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da Licenciatura em Letras (habilitação Português/Libras/Língua Inglesa) da UFRB.

Educação inclusiva no ensino superior: perspectiva da linguagem

O professor que reflete sobre suas práticas pedagógicas inclusivas possibilita aos alunos com necessidades especiais adquirir conhecimentos necessários para o seu processo de ensino/aprendizagem, provocando mudanças no contexto escolar e respeito mútuo as diferenças. A transformação tão almejada no campo educacional tende a tomar proporções maiores (e melhores) quando os sujeitos envolvidos refletirem. Assim, os professores precisam rever suas práticas pedagógicas para atender a diversidade e aos alunos com necessidades especiais e suas especificidades.

A educação especial e inclusiva surgiu das discussões realizadas na Conferência Mundial sobre a Educação Especial, que posteriormente, culminou na “Declaração de Salamanca” (1994). Nesta conferência, foi recomendada a 88 governos e 25 organizações internacionais a precisão de inserir crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais em escolas de ensino regular. Em 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais, lei 9394//96 regulamentou o exposto, remetendo a educação especial como uma “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Art. 58). A LDB marcou um momento histórico para a educação

especial e inclusiva, por ter os seus direitos assegurados por lei mesmo referindo-se aos alunos como “clientela da educação especial” (BRASIL, 1996).

A educação especial abrange todos os níveis da Educação Básica, incluindo as modalidades de ensino. É nesse contexto que ocorrem o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, que não acontecem apenas com sua inserção juntamente aos outros, é uma forma de refletir sobre os modelos e ações cotidianos, proporcionando mudanças e aprimorando a capacidade dos alunos em respeitar as diferenças considerando suas necessidades (BRASIL, 2001).

No passado, a inclusão social foi pauta nos mais diversos discursos e atualmente ainda é abordada buscando dialogar para a construção de meios que permitam uma melhor aceitabilidade e que de fato não só inclua esse indivíduo com suas diferenças, mas que haja tanto condições físicas, como pedagogicamente adequadas para um desenvolvimento pleno, igualando aos que são oferecidos aos ouvintes. Essa demanda educacional é válida, pois o objetivo é que as escolas recebam todos em suas múltiplas diferenças. Assim, é fundamental que a educação quanto Ciência esteja atenta a tais discursos para que não ocorram irregularidades nas decisões, comprometendo as conquistas alcançadas dos vários grupos sociais.

Quando o assunto é inclusão, surgem imposições determinadas pela maioria de ouvintes, que buscam apagar a única forma de se comunicarem (língua sinais), prevalecendo à cultura dominante (SILVA, 2006). A Libras para ser reconhecida como língua na sociedade e chegar as conquistas que são vistas atualmente precisou galgar por estradas tortuosas e estreitas, e, mesmo nos dias atuais, ainda luta para se manter no lugar que conquistou com tanto êxito. Por tais motivos, este estudo se ancora no caminho percorrido na constituição da Libras - Língua Brasileira de Sinais - através das Lei 10.436/02 (BRASIL, 2002) que fala da inserção dessa língua como componente curricular na formação de professores (QUADROS, 2006) e a instituição da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) nº 13.146/15 que dá condições de igualdade para

peças com deficiências, incluindo-as na sociedade (BRASIL, 2015). Sabemos que, na sociedade atual, a aprendizagem de Libras é muito importante para a comunicação, principalmente no campo educacional, em que as escolas são bastante heterogêneas.

Atualmente os cursos de licenciatura atendem ao Decreto nº 5.626/05 no capítulo II que diz:

Art. 3º - A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério (BRASIL, 2005).

O Decreto 5.626/05 que reconhece e inclui nos cursos de licenciatura a Libras como disciplina incide também sobre ela os prazos que as instituições terão para que aconteça esta inserção a partir da data de publicação do Decreto citado em 2005.

Art. 9º A partir da publicação deste Decreto, as instituições de ensino médio que oferecem cursos de formação para o magistério na modalidade normal e as instituições de educação superior que oferecem cursos de Fonoaudiologia ou de formação de professores devem incluir Libras como disciplina curricular, nos seguintes prazos e percentuais mínimos:

I – até três anos, em vinte por cento dos cursos da instituição;
II – até cinco anos, em sessenta por cento dos cursos da instituição;
III – até sete anos, em oitenta por cento dos cursos da instituição; e
IV – dez anos, em cem por cento dos cursos da instituição (BRASIL, 2005).

É visível que o prazo dado correspondente a dez anos para que a Libras fosse inserida como disciplina obrigatória na matriz curricular das universidades inspirou em 2015, mas há muitos cursos de licenciaturas que ainda não a inseriram. Diante destes fatos, percebe-se o quanto a Libras é importante na atualidade, principalmente, para a comunidade

surda. O processo de inclusão neste sentido, ganha força com a educação inclusiva como direito assegurado por lei (BRASIL, 1998, 1996, 2015).

A educação inclusiva é um direito assegurado por lei (BRASIL, 1988, 1996, 2015) conforme o Art. 1º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), colocando-os (as pessoas em situação de desigualdade) “em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015), principalmente, no sistema educacional de ensino.

Lemos e Chaves (2012) realizaram pesquisas nas ementas de seis universidades nas cinco regiões do Brasil. Os resultados mostraram que a disciplina de Libras é ofertada nas licenciaturas dessas universidades, incluindo também nos cursos de fonoaudiologia, biblioteconomia, jornalismo, bem como, em optativas de outros cursos. Em suas ementas, algumas universidades apresentaram a disciplina de Libras de forma desorganizada, não seguindo um padrão em sua elaboração, mostrando-se confusa nas informações contidas.

Conforme as autoras (LEMOS; CHAVES, 2012) outro aspecto relevante na pesquisa foram as similaridades propostas nas ementas em relação aos conteúdos, com maior ênfase na História da Educação dos Surdos. Na maioria das universidades, as ementas apresentaram conteúdos mais teóricos do que práticos, questionando também a carga horária direcionada à disciplina de Libras, colocando-a como insuficiente para o processo de ensino-aprendizagem da língua de sinais.

Diante do exposto, salientamos que as ementas das diversas universidades que apresentaram incipiência em relação aos conteúdos, bem como, priorizando o teórico e pouco o prático, devem ser revistas e analisadas sobre a necessidade do ensino da Libras para os professores em formação, pois fragmentar a disciplina é tirar dos professores a oportunidade de se incluírem no contexto escolar.

Destarte, faz-se necessário destacar que a formação de professores nas últimas décadas vem enfrentando vários desafios no âmbito educacional, um deles é o processo de inclusão de alunos deficientes em escolas regulares de ensino. Esses desafios colocam em

evidência a formação inicial e continuada de professores que atuaram/atuam diretamente com este público. Assim, como os alunos com deficiência têm direitos legais que os inserem no ambiente escolar regular, os professores também necessitam se incluírem neste processo, munindo-se de conhecimentos e saberes necessários para que aconteça a inclusão.

Conforme Nóvoa (1992), a formação de professores é fundamental para o surgimento de uma imagem renovada do professor, que possibilita conhecimentos eficazes, compreendendo os diversos saberes produzidos em suas práticas e estes com as experiências de vida e profissional. Conforme Veiga (2008, p. 15) a:

formação de professores constitui o ato de formar o docente, educar o futuro profissional para o exercício do magistério. Envolve uma ação a ser desenvolvida com alguém que vai desempenhar a tarefa de educar, de ensinar, de aprender, de pesquisar e de avaliar.

A formação é um processo inicial e continuado, tem como objetivo solucionar problemas do cotidiano escolar abrangendo a tecnologia como fonte inovadora. É neste contexto de mudanças que o professor precisa se atualizar constantemente, buscando melhorias para o processo ensino-aprendizagem e a valorização do fazer docente.

A formação ocupa um lugar de ‘inacabamento’ entrelaçado com as vivências do sujeito e seu percurso de formação, “o processo de formação é multifacetado, plural, tem início e nunca tem fim. É inconcluso e autoformativo” (VEIGA, 2008, p. 15). Para a autora, a formação de professores como ação contínua é linear, formação pela prática; formação compatível com a realidade do sujeito; formação para as mudanças e incertezas; formação pelas experiências; formação pela coletividade; formação humana; formação pela emancipação; formação como mudança profissional e institucional.

Ser professor atualmente é conviver com constantes desafios, pois, a todo o momento a ciência e a tecnologia avançam cada vez mais; as informações circulam com mais agilidade e a organização política e econômica são alteradas com frequência (ROMANOWSKI, 2010). Com este conjunto de transformações sociais, ainda nos deparamos com o insucesso de outros desafios sociais postos, dos quais os profissionais da educação não

conseguem se beneficiar (formação inicial e continuada de professores de qualidade, valorização do trabalho docente, etc.).

Neste estudo, buscamos pesquisar a educação inclusiva numa outra perspectiva, não na perspectiva dos ouvintes, mas dos surdos. Assim, buscamos analisar as oportunidades, as ações e como é realizada a promoção da aprendizagem da Língua Portuguesa por alunos surdos. O trabalho ainda tem como diferencial o aspecto de ser realizado num curso de Licenciatura em Letras (Língua Portuguesa) com habilitação em Libras.

Língua Portuguesa para surdos: pesquisas na Bahia

O presente estudo de natureza bibliográfica, foi realizado no Banco de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando o descritor “língua portuguesa para surdos”. Utilizamos o recorte dos últimos três anos (2015-2017), considerando apenas os estudos defendidos em instituições do Nordeste brasileiro. Mas devido ao grande número de estudos, recortamos para aqueles do Estado da Bahia.

Inicialmente, ao buscar pelo termo “língua portuguesa para surdos” foram encontrados 957.230 estudos. Refinamos esse resultado utilizando dois filtros: 1) quanto ao tipo: mestrado e doutorado; 2) ser de 2015-2017, permanecendo 194.015 estudos. A fim de selecionarmos somente estudos da área de letras e de instituições nordestinas foram aplicados outros filtros, sendo: 3) Grande área de conhecimento (Linguística, Letras e Artes); 4) Área de conhecimento (Letras e Linguística); 5) Área de Avaliação (Letras e Linguística). Após esses filtros permaneceram 5.251 estudos. Ao filtrar por instituição, selecionando apenas as que faziam parte do nordeste brasileiro permaneceram 984, oriundos de 14 instituições.

O próximo passo foi selecionar as instituições baianas, sendo cinco: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). No quadro 1 expomos a quantidade de estudos por ano e no quadro por instituição.

Quadro 1: Estudos por ano.

ANO	QUANTIDADE
2017	01
2016	178
2015	162
TOTAL	341

Quadro 2: Estudos por instituição.

INSTITUIÇÕES/ANO	TOTAL
UFBA	114
UESB	71
UNEB	69
UEFS	60
UESC	27
TOTAL	341

Destes resultados 299 estudos se referem ao mestrado e 42 ao doutorado. Desse modo, a Universidade Estadual de Santa Cruz soma 27 estudos sobre o tema e temos a certeza que este (que realizamos) será mais um para somar e fortalecer o tema.

Por fim, esses trabalhos mostram a importância em respeitar as diferenças e os direitos dos surdos, assim como de qualquer pessoa com deficiência, obedecendo e cumprindo as leis estabelecidas neste país e apesar de todas estas conquistas precisamos acabar com estes vazios nas produções sobre o Ensino de Língua Portuguesa para surdos, avançando ainda mais com pesquisas que contribuam para a melhoria da sociedade como um todo.

Metodologia

Sabemos que, na sociedade atual, a aprendizagem de linguagem é muito importante para a comunicação, principalmente no campo educacional, em que as escolas são bastantes

heterogêneas. Assim, a partir de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório, buscamos analisar como o curso de Licenciatura em Letras da UFRB busca atender os alunos surdos para promoção da aprendizagem de Língua Portuguesa.

A pesquisa qualitativa se caracteriza em realizar uma interpretação descritiva, individualizada e minuciosa do objeto de investigação. Este tipo de abordagem é de fundamental importância, pois consiste em destacar “a subjetividade, cujos elementos estão implicados simultaneamente em diferentes processos constitutivos do todo, os quais mudam em face do contexto em que se expressa o sujeito concreto” (GONZÁLEZ REY, 2002, p. 51), e principalmente de quem pesquisa e é pesquisado, tratando-o com delicadeza usando a reflexão e a flexibilidade; buscando conceitos teóricos que visam confirmar aquilo que foi encontrado nos estudos de investigação. O processo da pesquisa qualitativa não dá uma definição concreta do objeto analisado, mas possibilita ampliar os conhecimentos com os dados coletados.

A pesquisa qualitativa “[...] têm se preocupado com o significado dos fenômenos e processos sociais, levando em consideração as motivações, crenças, valores, representações sociais, que permeiam a rede de relações sociais [...]” (PÁDUA, 2000, p. 34).

Nesse contexto, fizemos uso da pesquisa documental, pois tem como foco colher informações relevantes de materiais de fontes primárias, ou seja, que ainda não foram analisados criticamente. Esta fonte de pesquisa se assemelha a “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado interior, a sua consulta e referência” (BARDIN, 2010, p. 47).

As fontes para produção dos dados foi um documento. Iniciamos a investigação com a revisão bibliográfica sobre o tema, que é a primeira etapa; a segunda etapa se configurou em analisar o Projeto Pedagógico do Curso de Letras de UFRB, disponível no site da instituição, para verificar perspectivas formativas e as ações que buscam atender os alunos surdos para promoção da aprendizagem de Língua Portuguesa.

Foi utilizado a análise de conteúdo para a análise dos dados. Bardin (2010) recomenda para realização da técnica alguns pólos cronológicos que iremos seguir nesta investigação. 1) pré-análise, onde será sistematizado as ideias iniciais que permitirá as intuições, a partir da leitura dos documentos, com a seleção de eixos que caracterizará o “corpus” da análise, equivalente ao conjunto de documentos necessários ao procedimento de análise dos dados (BARDIN, 2010). Foi realizada, posteriormente, a fragmentação das informações do *corpus* em unidades menores, sendo categorizadas conforme sentido que apresentam. 2) conclusão da preparação do material para análise, sendo codificados e enumerados em função das regras formuladas e categorização.

Resultados e Discussões

A partir da leitura do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Letras da UFRB foi possível responder aos objetivos da pesquisa a partir de três categorias de análise: 1) Situação da Língua Portuguesa; 2) Ações; 3) Desafios. Assim, estes são expostos a seguir. Os dados são todos referentes ao PPC do curso pesquisado.

Situação da Língua Portuguesa

Para situarmos a Língua Portuguesa no PPC, primeiramente, situaremos o contexto do curso. Este curso - Licenciatura em Letras (Língua Portuguesa) com habilitação em Libras ou Língua Estrangeira, foi implantado no segundo semestre do ano de 2010, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), no Centro de Formação de Professores (CFP), localizado no município de Amargosa, que fica a uma distância de 235 km de Salvador, a Capital do Estado, ofertando 50 vagas no noturno.

Esta licenciatura se organiza em 4 Núcleos: 1) Núcleo de Estudos Pedagógicos (NEP), que somam 680 horas; 2) Núcleo de Estudos Específicos (NEE): 2.108 horas; 3) Núcleo de Estudos Integradores (NEI): 510 horas; 4) Atividades Complementares: 200 horas. Desse modo, o curso tem uma carga horária total de 3.498 horas, referente a soma das cargas horárias dos núcleos. Os estudos deverão integralizar o curso em no mínimo 8 semestres e no máximo 12 semestres. Estes ingressam na UFRB através do Sistema de

Seleção adotado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e o regime de matrícula é semestral.

Tem como objetivo formar profissionais de Letras, qualificados e comprometidos com o ensino de Língua Portuguesa, Libras e Língua Inglesa, consolidando um perfil de profissional apto para atuar no magistério da Educação Básica, na docência das áreas de competências do Curso Licenciatura em Letras. Tem como campos de atuação: 1. Habilitação em Língua Portuguesa: Docência de Língua Portuguesa (Estudos linguísticos e literários no nível básico); 2. Habilitação em Libras: Docência de Língua Brasileira de Sinais; 3. Habilitação em Língua Estrangeira/Língua Inglesa: Docência de Língua Inglesa (Estudos linguísticos e literários no nível básico). Conforme exposto na organização curricular no quadro 3.

Quadro 3: Organização Curricular do Curso.

SEMESTRE							
I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Estudos Literários I (68h)	Psicologia e Educação (68h)	Literatura Portuguesa I (68h)	Estudos Linguísticos III (68h)	Filosofia da Educação (68h)	Orientação Trabalho Monográfico I (68h)	Organização da Educação Brasileira e Políticas Públicas (68h)	Artes e Literaturas Contemporâneas (68h)
Libras (68h)	Língua Portuguesa I (68h)	Língua Portuguesa II (68h)	Literatura Portuguesa II (68h)	Ensino e Aprendizagem de Estudos Linguísticos e Literários (68h)	Estágio Curricular Supervisionado em Estudos Literários e Linguísticos ³ (136h)	Estágio Curricular Supervisionado de Língua e Literatura Inglesa (136h) Ou Estágio Curricular Supervisionado em Libras (136h)	Literaturas Africanas de Língua Portuguesa (68h)

Estudos Linguísticos I (68h)	Língua Inglesa I (68h) OU Estudos de Libras I (68h)	Estudos Literários III (68h)	Língua Portuguesa III (68h)	Pesquisa em Letras (68h)	Ensino e Aprendizagem de Língua e Literatura Inglesa (68h) Ou Ensino e aprendizagem de Libras como L1 e L2 (68h)	Literatura, Linguagens e Culturas Brasileiras (68h)	Apresentação do Trabalho Monográfico (17h)
Introdução aos Estudos Acadêmicos (68h)	Estudos Literários II (68h)	Estudos de Libras II (68h) OU Língua Inglesa II (68h)	Historiografia e Crítica Literária e Cultural (68h)	Literatura Portuguesa III (68h)	Literatura Brasileira III (68h)	Orientação Trabalho Monográfico II (68h)	Estágio Curricular em Comunidade (136h)
Currículo (68h)	Estudos Linguísticos II (68h)	Literatura Brasileira I (68h)	Estudos de Libras III (68h) OU Língua Inglesa III (68h)	Literatura Brasileira II (68h)	Antropologia e Educação (68h)	Sociologia da Educação: Introdução aos Estudos Básicos (68h)	Estudos Filológicos (68h)
Unidade Temática (51h)	Unidade Temática (51h)	Unidade Temática (51h)	Unidade Temática (51h)	Didática (68h)	Unidade Temática (51h)	Unidade Temática (51h)	Unidade Temática (51h)

Fonte: PPC do curso de Letras/UFRB.

Legenda:

	Componentes obrigatórios a todos os discentes e comuns a todas as Habilitações.
	Componentes do Núcleo de Estudos Específicos de Libras e/ou Língua Inglesa.

Na perspectiva da obrigatoriedade da Libras (Decreto nº 5.626/2005 regulamenta a Lei nº 10.436/2002) e do seu reconhecimento como sistema linguístico é que houve o fomento da formação em Libras, a partir dos estudos, da pesquisa e produção do saber. Assim, esta instituição pôde se sentir estimulada a implantar o curso de Licenciatura em

Letras com habilitação em Libras (também, além de Língua portuguesa e Língua Inglesa), formando docentes em torno de Ensino, Pesquisa e Extensão, a partir dos seguintes eixos estruturantes:

1. Conhecimento, Ciência e Método.
2. Formação Docente.
3. Contextos e Reflexão Linguística e Literária.
4. Linguagens Não-Verbais.
5. Teorias e Críticas Literárias.
6. Trabalho de Conclusão de Curso. (PPC LETRAS, 2010, p. 10).

Esses eixos são pertinentes e abrangem os elementos propostos para o curso, ou seja, o objetivo. Desse modo, o curso com essas habilitações busca atender tanto estudantes ouvintes como surdos, oferecendo a eles acesso aos vários aspectos da formação, conforme nos ressalta Imbernon (2005) que a formação deve ser polivalente. Ainda,

Com esses Programas de Aprendizagem, desenvolver habilidades e competências para o ensino de Letras implica em entender a língua como ações socioculturais e em um esforço por relacionar a língua (seja a Língua Portuguesa, a Língua Brasileira de Sinais ou a Língua Inglesa) com outras linguagens, inclusive não-verbais (imagens, sinais, movimentos, virtuais, midiáticas), sonora, gestuais etc e culturais. Esse ensino, nesta perspectiva, implica ainda em compreender que a língua tem como funções sociais atender às necessidades comunicativas dos indivíduos e agenciar as relações, as tensões, conflitos e interações entre os segmentos sociais. Certamente, essas implicações estão imbuídas de exigências imprescindíveis para a formação do licenciado em Letras/Libras/Língua Estrangeira. Desse modo, o profissional egresso deste curso poderá desempenhar, em função de sua opção dentro das terminalidades que o curso oferece, as seguintes funções: docente de Língua e Literaturas Portuguesa e Brasileira, de Língua Inglesa, de Libras, corretor de textos, redator, bem como pesquisadores dessas áreas (PPC LETRAS, 2010, p. 10, 11).

De fato, a linguagem precisa ser plural num curso de Letras e o formador utilizar dessas várias linguagens para formar. A linguagem é tida como o objeto de trabalho para um profissional de Letras (SOUZA, 2011) e de formação.

Em sua organização o curso tem a Língua Portuguesa como habilitação principal desse curso. Libras e Língua Inglesa são habilitações adicionais. Conforme documento todos os estudantes, a partir do segundo semestre, deverão escolher por Libras ou Estudos de Língua Inglesa, e cursar os componentes referentes a habilitação escolhida, mas todos, independentemente da escolha deverão cursar os componentes curriculares obrigatórios que o habilitarão para a docência de Língua Portuguesa e suas Literaturas. Independente da escolha da habilitação adicional todos os estudantes ainda têm a habilitação em Língua Portuguesa. Quanto a essa última questão exposta há ressalvas apenas para estudantes surdos.

5. Os estudantes surdos que ingressarem no curso poderão pedir dispensa de componentes relativos a áreas específicas de língua portuguesa e suas literaturas e concentrar-se nos estudos da Libras, cursando todos os componentes optativos da área de Libras.
6. Os estudantes surdos dispensados de componentes específicos da área de Língua Portuguesa farão estágio curricular supervisionado em Libras em duas etapas, cada uma com 136 horas, no sexto e no sétimo semestres.
7. Os estudantes surdos que optarem pela dispensa de componentes da área específica de língua portuguesa serão habilitados apenas em Libras (PPC LETRAS, 2010, p. 11).

Dessa forma, a prevalência de atendimento tanto de estudantes ouvintes como surdos, mas no PPC este é o único momento em que os estudos surdos são mencionados, tendo a opção pela habilitação apenas em Libras. Assim, entendemos que fica uma lacuna quanto a aprendizagem de Língua Portuguesa pelos surdos, quando esta habilitação se torna opcional.

Ações

No curso é preconizado como ações, não só para surdos, mas para todos, um ensino desenvolvido a partir e com a Extensão, Pesquisa e a Práxis Pedagógica. Dada a importância da produção e socialização de conhecimentos esses eixos articulados são de extrema relevância. Portanto, o PPC ressalta a necessidade de, desde o primeiro semestre, os discentes serem inseridos em grupos de pesquisa; que vivenciem aspectos que os ajudem na

construção da identidade profissional, através de projetos didáticos, práticas educativas, estágios, docência compartilhada e outros; que articule a parceria universidade-comunidade, através de projetos e programas, em espaços formais e não-formais.

Assim:

Essas atividades se constituirão ainda como prática de construção da cidadania do estudante do curso, contribuindo para que compreenda o caráter multidisciplinar dos problemas sócio-culturais e o conhecimento como mediação de transformação da realidade. Elas se propõem a elaborar estratégias de enfrentamento de problemas sócio-culturais, estabelecidos e indicados pela comunidade, de forma reflexiva, preferencialmente com uma abordagem multi ou interdisciplinar, proporcionando interação entre docentes e discentes do curso. Desse modo, serão empreendidos esforços a fim de que todos os componentes curriculares possam organizar atividades de pesquisa, extensão e ensino, a partir de suas especificidades, mas também através da inter-relação com outras áreas do conhecimento, favorecendo assim o exercício de inter/ transdisciplinaridades.

As Terminalidades do curso Licenciatura em Letras/Libras/Língua Estrangeira possibilitarão, através da tecnologia educacional, entrecruzando possíveis relações entre sociedade, língua e linguagens, a articulação com os eixos estruturantes e Núcleos de Estudos. Para isso, os procedimentos pedagógicos, tais como seminários, círculos de leitura, estudos dirigidos, produção textual, mapa conceitual, exposição dialogada, murais, mesa-redonda etc irão constituir práticas docentes e outras atividades acadêmicas desse Curso (PPC LETRAS, 2010, p. 14, 15).

Além do ensino-pesquisa-extensão já ressaltados, o PPC ainda remete as atividades inter/multi e transdisciplinar como possibilidade de ensinar e aprender. Outras ações mais pontuais como a promoção de eventos científicos e as várias técnicas de ensino tão são pontuados.

Percebemos que o PPC não discrimina ações para atendimento do aluno surdo para promoção da sua aprendizagem de Língua Portuguesa. As ações citadas acima, são para todos os alunos, independente de serem surdos ou não. Dessa maneira, entendemos que há o reconhecimento da diversidade de sujeitos, mas que não há o atendimento a cada um deles conforme as suas necessidades. Há a busca pela inclusão, mas com lacunas e vazios ainda a serem preenchidos.

Desafios

O maior desafio de um curso de formação de professor é dar conta de formar profissionais capazes de atuar na diversidade, respeitando as diferenças. Vale lembrar que o processo formativo não se encerra na formação inicial e, sendo a educação um processo dinâmico que acompanha a evolução dos tempos históricos, haverá sempre a necessidade de atualização constante para dar conta de atender as especificidades de cada contexto. Assim, os cursos de formação docente devem ser estruturados tanto no sentido de atender as exigências legais, quanto no sentido de preparar os futuros profissionais para atuar na diversidade que se instalou no cenário educacional brasileiro.

A pluralidade do público presente nas instituições escolares exige um nível de competências e habilidades cada vez maior dos profissionais de educação. Assim, os projetos curriculares dos cursos de formação de professores têm o desafio de pautar os objetivos de modo a atender o que preconiza a legislação.

Considerações Finais

Os documentos legais asseguram a educação como direito de todos, sem distinção de qualquer natureza. Porém, apesar das garantias, a participação dos sujeitos no processo educativo não se dá de modo igual para todos, como prevê a legislação. Para as minorias, a efetivação desse direito, a grosso modo, é resultado de muitas lutas. Com a educação inclusiva não foi, e não é diferente. Portanto, o ensino brasileiro tem um árduo caminho a seguir para sua renovação e as práticas educacionais é parte disso. Assim, o currículo e a formação de professores precisam contribuir de forma significativa no processo de ensino e aprendizagem. Com isso, a maneira como o currículo se desenvolve e concretiza e os professores vem sendo formados tem influenciado no percurso da educação brasileira, principalmente na perspectiva da educação inclusiva.

Verificamos que o Projeto do Curso atende as exigências legais, visto que os componentes curriculares trazem elementos que contribuem para o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias as práticas pedagógicas, no sentido de promover a edu-

cação inclusiva, pois a organização Curricular do Curso é voltada para a pluralidade socio-cultural, com a qual os egressos do curso irão lidar em sua trajetória profissional. Consideramos de grande importância a apresentação de conteúdos que abordam a diversidade cultural, social, étnico-racial. Entretanto, o projeto do curso apresenta uma lacuna quanto a aprendizagem de Língua Portuguesa pelos surdos, quando esta habilitação se torna opcional, o que precisa ser avaliado.

Educação inclusiva implica a aceitação de todas as pessoas no mesmo processo de escolarização, mesmo que aqui tenhamos considerado como público alvo da inclusão os sujeitos que apresentam necessidades especiais em relação a aprendizagem. Como meio de estabelecer uma relação teoria-prática mais consistente, a título de sugestão, pensamos ser importante incluir no programa mais disciplinas de cunho não apenas teórica, mas que também apresentem crédito prático;

Para finalizar esse estudo, inferimos que, sendo a educação um processo em constante movimento, a formação docente não deve se encerrar na graduação. Sempre ficam lacunas a ser preenchidas. Diante disso, a formação continuada é o caminho para preencher as lacunas deixadas pela formação inicial.

PORTUGUESE LANGUAGE FOR DEAF: TRAINING ACTIONS IN THE LICENSEE COURSE IN POUNDS

ABSTRACT: The aim of this article is to analyze how the undergraduate degree course in UFRB form deaf and aims to attend the deaf students to promote the learning of Portuguese Language, from the verification of actions for such service. Through the Pedagogical Project of the Course (PPC) of the undergraduate in Letters (Portuguese qualification / Pounds / English Language) of UFRB, we analyze how Libras is located in this document; their actions and challenges. Thus, from a qualitative research, from an exploratory perspective, from documentary analysis, we seek to answer the research question "How the undergraduate degree course in Letters of the Federal University of Recôncavo da Bahia - UFRB form deaf and seeks to attend the deaf students to promote the learning of Portuguese Language?". To analyze the data we use content analysis. We verified that the Project of the Course meets the legal requirements, since the curricular components bring elements that contribute to the development of the necessary skills and competences the pedagogical practices, in the sense of promoting the inclusive education of the deaf. However, it presents a gap regarding the learning of Portuguese by the deaf, when this qualification becomes optional, which needs to be evaluated.

KEYWORDS: Learning; Formation; Pounds; Deaf people.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2010.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. *Lei federal nº 10.436* de 24 de abril de 2002. Reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais e das outras providências, Brasília, 2002.
- BRASIL. *Decreto nº 5.626* - Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.
- BRASIL. *Lei nº 13.146* de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Brasília, 2015.
- BRASIL, Ministério da Educação. *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica*. Secretaria de Educação Especial –MEC/SEESP, 2001.
- CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Serviços*: Banco de teses. 2018. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acessado em: 12/09/2018.
- DECLARAÇÃO de Salamanca. *Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais*. 1994. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 20 abril. 2018.
- GONZÁLEZ REY, F. L. *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo. Pioneira Thomson Learning, 2002.
- IMBERNÓN. F. *Formação docente e profissional: forma-se para a mudança e a incerteza*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- LEMONS, A. M.; CHAVES, E. P. A disciplina de Libras no Ensino Superior: da proposição à prática de ensino como segunda língua. In: XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino: didática e práticas de ensino: compromisso com a escola pública, laica, gratuita e de qualidade. *Anais...* 2012, Campinas. Araraquara - SP: Junqueira & Marin Editores, 2012. p. 2285-2296.
- NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- PÁDUA, E. M. M. de. *Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prático*. 6 ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.

- QUADROS, R. M. de (org.). *Estudos Surdos I*. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.
- ROMANOWSKI, J. P. *Formação e profissionalização docente*. 4. ed. rev. Curitiba: Ibpex, 2010.
- SILVA, V. . Educação de surdos: uma releitura da primeira escola Pública para surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880. QUADROS, Ronice Müller de (org.). *Estudos Surdos I*. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006, p 14-37.
- SKLIAR, C. A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”. *A inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006.
- SOUZA, E. M. F. *Linguagem: currículo e formação docente*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2011.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. *Projeto Pedagógico do Curso da Licenciatura em Letras (habilitação Português/Libras/Língua Inglesa)*. Amargosa: UFRB, 2010.
- VEIGA, I. P. A. Docência como atividade profissional. *Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas*. Campinas, SP: Papirus, 2006, p. 13-21.

Recebido em: 15/05/2019.

Aprovado em: 25/05/2019.